



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONCURSO PÚBLICO - Edital n. 01/2014.

N. DO CARTÃO

Candidato Ausente

11 de maio de 2015

Cargo: Procurador do Estado do Paraná

**PADRÃO DE RESPOSTAS**

**PROVA SUBJETIVA**

**ETAPA - II**

LOCAL

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA

N. INSCRIÇÃO

RG

CPF

**ATENÇÃO**

1. Confira, acima, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Não abra a prova antes de autorizado a fazê-lo.
3. A prova deve ser manuscrita, com utilização de caneta preta, vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente.
4. Não serão fornecidos esclarecimentos sobre o enunciado ou sobre o modo de resolvê-lo. A compreensão e a interpretação das questões constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
5. É permitida a consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, na forma do anexo I, do edital nº 09/2015.
6. Não rubrique nem assine a prova. Não torne a prova identificável, sob pena de desclassificação.
7. Observe rigorosamente a sequência das páginas, sendo vedada sua renumeração.
8. Entregar o caderno de prova juntamente com o rascunho.
9. **O rascunho não será corrigido, nem eventual excedente do número de linhas permitido por questão.**

Impressão Digital  
Polegar direito

**DURAÇÃO DA PROVA: 5 (cinco) horas**



## GRUPO IV

### Direito Processual Civil

NÃO RASURE O CÓDIGO DE BARRAS

1. Um determinado cidadão foi demitido de cargo de servidor público de Estado Federado. Por residir em Comarca não atendida pela Defensoria Pública, procurou o Ministério Público Estadual, que propôs uma ação civil pública em defesa dos interesses deste cidadão no Juizado Especial da Fazenda Pública. A demanda judicial exige a invalidade de sua demissão e a reintegração ao cargo que ocupava, com ressarcimento de todas as vantagens. O juiz recebeu a petição inicial e, por considerar teratológico o ato administrativo de demissão, com fundamento no art. 285-A do Código de Processo Civil, proferiu sentença para o fim de reintegrá-lo imediatamente ao cargo, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), tendo julgado igualmente procedentes os demais pedidos, com a condenação do Estado Federado nas custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência no valor fixo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Na qualidade de Procurador do Estado: a) informe e justifique qual o recurso cabível contra a decisão que julgou procedentes os pedidos do Ministério Público; b) elenque, sintética, porém, justificadamente, ao menos 4 (quatro) teses processuais que deverão constar da peça recursal; c) caso a turma recursal conheça e negue provimento ao recurso do Estado, são cabíveis contra tal decisão o recurso especial e o recurso extraordinário? Responda fundamentadamente.

Direito Processual Civil  
Valor 40 - Pontos

Número máximo de linhas: 45

NOTA

#### Quesitos avaliados:

- 1) Apresentação e estrutura textual
- 2) Aspectos gramaticais e formais
- 3) Capacidade de interpretação, desenvolvimento e exposição do tema
- 4) Conteúdo jurídico:
  - 4.1) Quanto ao item 'a': Contra a sentença que julgou procedentes os pedidos é cabível o 'recurso inominado', dirigido à Turma Recursal (art. 4.º da Lei 12.153/2009 e arts. 41 e 42 da Lei 9.099/1995)
  - 4.2) Quanto ao item 'b': principais teses
    - 4.2.1) Ilegitimidade ativa do Ministério Público para tutelar direito individual disponível;
    - 4.2.2) Inadequação da via eleita (ação civil pública) pelo Ministério Público
    - 4.2.3) Incompetência absoluta do Juizado Especial da Fazenda para julgar as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis (art. 2.º, § 1.º, III, da Lei 12.153/2009)
    - 4.2.4) Violação do devido processo legal, contraditório e ampla defesa pela inadequada aplicação do art. 285-A do Código de Processo Civil
    - 4.2.5) Indevida condenação em custas processuais e honorários advocatícios no primeiro grau dos Juizados Especiais (art. 55 da Lei 9.099/1995). Subsidiariamente, também, a impossibilidade de condenação em honorários de sucumbência em favor do Ministério Público
  - 4.3) Quanto ao item 'c': Somente é cabível, em tese, o recurso extraordinário. O recurso especial não é cabível por entender-se que a Turma Recursal não se equipara a Tribunal e não atende ao disposto no art. 105, III, da Constituição Federal



## GRUPO IV

### Direito Processual Civil

NÃO RASURE O CÓDIGO DE BARRAS

2. Sobre os recursos no Direito Processual Civil, analise e responda fundamentadamente às questões a seguir. Não deve ser incluída na resposta qualquer consideração acerca do recurso de embargos de declaração.

a) Em um processo no qual Estado Federado é parte, foi excluído da lide, pelo juiz de direito, um dos litisconsortes passivos facultativos. Tal exclusão foi feita por ocasião da prolação do despacho saneador em gabinete. Tendo a exclusão ocasionado dano, qual o recurso cabível contra tal decisão? É aplicável ao caso o princípio da fungibilidade recursal?

b) Foi proferida decisão judicial de total improcedência em processo de conhecimento sob o rito ordinário do Código de Processo Civil, com a condenação do autor ao pagamento de honorários advocatícios em favor da Fazenda Pública ré. Após a publicação da sentença, tendo depositado, sem qualquer reserva, o valor relativo aos honorários, o autor apresentou recurso de apelação. O recurso é admissível?

c) Estado Federado interpôs, diretamente no Tribunal de Justiça, 12 (doze) dias após ter sido proferida a decisão, recurso de agravo de instrumento contra liminar concedida em mandado de segurança. O relator do recurso o considerou manifestamente inadmissível por duplo fundamento: primeiramente por considerar o recurso deserto; em segundo lugar, porque o recurso não foi instruído com a certidão de intimação da decisão agravada. Qual o recurso cabível contra a decisão do relator e por que ela é equivocada?

Direito Processual Civil  
Valor 20 - Pontos

Número máximo de linhas: 20

NOTA

#### Quesitos avaliados:

- 1) Apresentação e estrutura textual
- 2) Aspectos gramaticais e formais
- 3) Capacidade de interpretação, desenvolvimento e exposição do tema
- 4) Conteúdo jurídico:
  - 4.1) Quanto ao item 'a': A decisão de exclusão é interlocutória e causa dano irreparável ou de difícil reparação, desafiando agravo de instrumento (art. 522 do CPC). Há hoje entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça que considerar tal decisão como se fosse sentença é erro grosseiro, não sendo aplicável o princípio da fungibilidade recursal caso a parte se utilizasse da apelação
  - 4.2) Quanto ao item 'b': A prática, sem reserva alguma, de um ato incompatível com a vontade de recorrer configura aceitação tácita da decisão, preclusão lógica e ocasiona a extinção do direito de recorrer – art. 503 e parágrafo único do CPC
  - 4.3) Quanto ao item 'c':
    - 4.3.1) O recurso cabível é o agravo interno (art. 557, § 1.º, do CPC)
    - 4.3.2) Primeiro equívoco da decisão: o § 1.º do art. 511 do CPC isenta a Fazenda Pública do preparo dos recursos, logo, seu recurso não pode sofrer pena de deserção
    - 4.3.2) O segundo equívoco da decisão: o STJ entende que fica dispensada a apresentação da certidão de intimação da decisão agravada quando a tempestividade do recurso puder ser provada por outros meios



## GRUPO IV

### Direito Processual Civil

NÃO RASURE O CÓDIGO DE BARRAS

3. Uma associação voltada à defesa do meio ambiente propôs uma ação civil pública visando à tutela de direitos difusos e direitos individuais homogêneos. O caso envolve danos já gerados ao meio ambiente, e que repercutem na subsistência de trabalhadores extrativistas. Não há autorização expressa dos mencionados trabalhadores para a propositura da ação.

Com base nas informações do enunciado:

a) Considerando que o Estado do Paraná foi citado como um dos réus na ação (e é legitimado passivo), identifique o(s) ato(s) processual(is) a ser(em) realizado(s) pela Procuradoria Geral do Estado e aborde possíveis argumentos de defesa processual.

b) Considerando que o Estado do Paraná não foi citado como réu (não sendo legitimado passivo), mas foi instado pelo juízo a se manifestar, identifique o(s) ato(s) processual(is) a ser(em) realizado(s) pela Procuradoria Geral do Estado.

Direito Processual Civil  
Valor 20 - Pontos

Número máximo de linhas: 20

NOTA

#### Quesitos avaliados:

- 1) Apresentação e estrutura textual
- 2) Aspectos gramaticais e formais
- 3) Capacidade de interpretação, desenvolvimento e exposição do tema
- 4) Conteúdo jurídico:
  - 4.1) Quanto ao item 'a':
    - 4.1.1) Indicação do ato processual: contestação
    - 4.1.2) Argumentar pela ilegitimidade da associação, por ausência de autorização
    - 4.1.3) Mencionar recente decisão do STF sobre o tema
  - 4.2) Quanto ao item 'b':
    - 4.2.1) Indicação do ato processual: pedido de ingresso como litisconsorte no polo ativo
    - 4.2.2) Indicação do ato processual: prestação de informações



**GRUPO IV**  
**Direito Processual Civil**

NÃO RASURE O CÓDIGO DE BARRAS

4. Nos últimos anos, a jurisprudência tem sido valorizada como fonte do Direito no ordenamento brasileiro através de reformas nas leis processuais, iniciadas ainda na década de 1990. Para a doutrina majoritária de Direito Processual Civil, isso denota uma aproximação (em maior ou menor grau) aos sistemas de *common law*. Sendo assim, diversos doutrinadores vêm desenvolvendo o enquadramento teórico para os precedentes obrigatórios ou vinculantes no Brasil. Com base nisso, responda sucintamente aos seguintes quesitos:

- a) Diferencie precedente de enunciado de jurisprudência dominante (“súmulas”);
- b) Diferencie precedente de súmula vinculante;
- c) Mencione quatro institutos trazidos pelas reformas processuais que evidenciam a mencionada valorização da jurisprudência.

Direito Processual Civil  
Valor 20 - Pontos

Número máximo de linhas: 20

NOTA

**Quesitos avaliados:**

- 1) Apresentação e estrutura textual
- 2) Aspectos gramaticais e formais
- 3) Capacidade de interpretação, desenvolvimento e exposição do tema
- 4) Conteúdo jurídico:
  - 4.1) Quanto ao item 'a':
    - 4.1.1) Definição correta de precedente (direito + fatos)
    - 4.1.2) Diferenciar precedente e súmula, definindo súmula
  - 4.2) Quanto ao item 'b': Definir súmula vinculante e diferenciar de precedentes
  - 4.3) Quanto ao item 'c': Reformas que evidenciam valorização da jurisprudência



## GRUPO V

### Direito Civil e Empresarial

NÃO RASURE O CÓDIGO DE BARRAS

5. Caio, 33 (trinta e três) anos, operário celetista assalariado pela quantia de um salário-mínimo mensal (R\$ 788,00), foi atropelado pelo policial militar Tício, que dirigia a viatura policial em serviço comum, em simples deslocamento, não atendendo a qualquer ocorrência. Tício, que conduzia a viatura em alta velocidade, invadiu a calçada e atingiu Caio. Depois de ser atendido em hospital vinculado ao Sistema Único de Saúde, em virtude das lesões sofridas na coluna vertebral, Caio teve sequelas permanentes que causaram tetraplegia e comprometem totalmente sua capacidade laborativa. No momento do acidente trazia consigo um computador pessoal portátil que acabara de adquirir por R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme nota fiscal afixada à embalagem, e restou totalmente danificado no acidente.

Responda fundamentadamente:

- a) Quem é(são) o(s) responsável(veis) pelo ressarcimento dos danos sofridos por Caio e em qual regime de responsabilidade civil?
- b) Qual é(são) o(s) remédio(s) processual(ais) adequado(s) para a obtenção do(s) ressarcimento(s) e quem são os titulares das pretensões?
- c) Quais danos sofridos por Caio são ressarcíveis e quais os critérios para quantificação da indenização de cada um deles?
- d) O fato de Caio receber benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez por força das sequelas do acidente tem consequências em eventual condenação na esfera cível?
- e) O fato de Caio ter recebido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) como indenização do seguro por Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT tem consequências em eventual condenação na esfera cível?

Direito Civil e Empresarial  
Valor 40 - Pontos

Número máximo de linhas: 45

NOTA

#### Quesitos avaliados:

- 1) Apresentação e estrutura textual
- 2) Aspectos gramaticais e formais
- 3) Capacidade de interpretação, desenvolvimento e exposição do tema
- 4) Conteúdo jurídico:
  - 4.1) Quanto ao item 'a':
    - 4.1.1) Apontar responsabilidade civil objetiva do Estado
    - 4.1.2) Apontar responsabilidade civil subjetiva do policial militar
  - 4.2) Quanto ao item 'b':
    - 4.2.1) Apontar ação ordinária de reparação de danos de Caio contra o Estado (STF) ou contra o Estado e/ou o policial (STJ)
    - 4.2.2) Descartar ou justificar a denúncia da lide ao policial militar
    - 4.2.3) Apontar ação regressiva do Estado contra o policial militar
  - 4.3) Quanto ao item 'c':
    - 4.3.1) Danos materiais do computador – R\$ 5.000,00
    - 4.3.2) Danos morais – (+ ou -) R\$ 40.000,00
    - 4.3.3) Dano estético – (+ ou -) R\$ 40.000,00
    - 4.3.4) Pensionamento com inclusão na folha de pagamento – R\$ 788,00 mensais férias e décimo-terceiro salário; ou constituição de fundo equivalente a 1 salário-mínimo por mês até que o autor completasse 65 anos, mais décimo-terceiro salário e férias – (+ ou menos) R\$ 308.906,00
  - 4.4) Quanto ao item 'd': Não tem consequências; fundamentar
  - 4.5) Quanto ao item 'e': Sim, o valor é abatido da condenação; fundamentar



**GRUPO V**  
**Direito Civil e Empresarial**

NÃO RASURE O CÓDIGO DE BARRAS

6. Cite e explique 6 (seis) diferenças entre o regime jurídico das relações jurídicas reais que se estabelecem entre os sujeitos particulares e as coisas que lhes pertencem e o regime jurídico das relações jurídicas reais que se estabelecem entre o Estado e bens do seu domínio privado.

**Direito Civil e Empresarial**  
**Valor 20 - Pontos**

**Número máximo de linhas: 20**

**NOTA**

**Quesitos avaliados:**

- 1) Apresentação e estrutura textual
- 2) Aspectos gramaticais e formais
- 3) Capacidade de interpretação, desenvolvimento e exposição do tema
- 4) Conteúdo jurídico:
  - 4.1) Impenhorabilidade
  - 4.2) Exigência de avaliação prévia, autorização legal e licitação para alienação
  - 4.3) Impossibilidade de serem usucapidos
  - 4.4) Impossibilidade de serem gravados por direitos reais de garantia (penhora/hipoteca)
  - 4.5) Insuscetibilidade de apossamento pelo particular, sendo que a permanência deste em bem público, é considerada mera detenção, não criando direito a ser defendido através de ações possessórias
  - 4.6) Necessidade de licitação para sua aquisição onerosa
  - 4.7) Imunidade tributária
  - 4.8) Só podem ser desapropriados por entidade de maior grau hierárquico que o de seu titular
  - 4.9) Incidência de prerrogativas do regime jurídico publicista em contratos que tenham por objeto bens públicos do domínio privado ainda que estes contratos sejam regidos predominantemente por regras do direito privado
  - 4.10) Podem ser utilizados em caráter exclusivo por particulares mediante permissão, concessão ou autorização de uso
  - 4.11) Podem ser objeto de enfiteuse (decreto lei 9.760/46)



## GRUPO V

### Direito Civil e Empresarial

NÃO RASURE O CÓDIGO DE BARRAS

7. O administrador público pretende criar uma empresa estatal para o exercício de atividade econômica. Analise – indicando o fundamento legal – se existem diferenças significativas entre a escolha pela forma societária de sociedade anônima aberta e sociedade limitada no que diz respeito à constituição e funcionamento dos órgãos societários responsáveis pela fiscalização e controle dos administradores.

Direito Civil e Empresarial  
Valor 20 - Pontos

Número máximo de linhas: 20

NOTA

#### Quesitos avaliados:

- 1) Apresentação e estrutura textual
- 2) Aspectos gramaticais e formais
- 3) Capacidade de interpretação, desenvolvimento e exposição do tema
- 4) Conteúdo jurídico:
  - 4.1) Diferenças quanto ao Conselho de Administração: analisar os seguintes artigos: 37 *caput* e 173, § 1º, IV da Constituição Federal, arts. 138, § 2º e 239 da Lei 6404/1976, art. 1060 do Código Civil, apontando a obrigatoriedade na sociedade anônima e a possibilidade e a conveniência na ótica constitucional de criação na sociedade limitada
  - 4.2) Diferenças quanto ao Conselho Fiscal: analisar os seguintes artigos: 37 *caput* e 173, § 1º, IV da Constituição Federal, 161 e 240 da Lei 6404/1976, art. 1066 do Código Civil, apontando a obrigatoriedade na sociedade anônima e na sociedade limitada na ótica constitucional





## GRUPO V

### Direito Civil e Empresarial

NÃO RASURE O CÓDIGO DE BARRAS

8. Uma sociedade de economia mista que adota a forma de sociedade anônima fechada tem como acionistas o Estado do Paraná, com 70% (setenta por cento) do capital social total, que é igual ao capital votante, e duas empresas privadas, que dividem igualmente o restante. Requisita-se manifestação sobre acordo de acionistas a ser celebrado pelo Estado do Paraná e as empresas privadas. O acordo prevê que não haverá aumento de capital social nos primeiros dois anos de funcionamento da empresa e, posteriormente, qualquer aumento dependerá de concordância de todos os signatários do acordo. Ainda, o acordo proposto prevê que a deliberação acerca de uma eventual fusão também dependerá da concordância de todos os acionistas. A lei que autorizou a constituição da companhia indica expressamente o capital social atual e prevê um capital autorizado adicional sem qualquer indicação de prazo, bem como não menciona em momento algum a questão de uma eventual fusão.

a) Analise comparativamente as situações anterior e posterior à celebração do acordo de acionistas, no que diz respeito ao aumento do capital social e à fusão (órgão societário autorizador e quóruns).

b) Existe alguma ilegalidade no acordo de acionistas? Seria necessária alguma providência legislativa para garantir sua legalidade?

Direito Civil e Empresarial  
Valor 20 - Pontos

Número máximo de linhas: 20

NOTA

#### Quesitos avaliados:

- 1) Apresentação e estrutura textual
- 2) Aspectos gramaticais e formais
- 3) Capacidade de interpretação, desenvolvimento e exposição do tema
- 4) Conteúdo jurídico:
  - 4.1) Quanto ao item 'a':
    - 4.1.1) Aumento de capital social: analisar os seguintes artigos: 37 *caput* e 173, § 1º da Constituição Federal, art. 168 da Lei 6404/1976, apontando a legalidade do disposto no acordo de acionistas, em função da faculdade inerente ao exercício de capital autorizado e comparar os quóruns
    - 4.1.2) Quanto aos quóruns: analisar os seguintes artigos: 37 *caput* e 173, § 1º da Constituição Federal, art. 136 da Lei 6404/1976, apontando a legalidade do disposto no acordo de acionistas, em função dos quóruns legais serem mínimos e não haver perda de controle acerca da direção geral dos negócios, bem como comparar os quóruns
  - 4.2) quanto ao item 'b': analisar os seguintes artigos: 37 *caput* e 173, § 1º da Constituição Federal, arts. 118 da Lei 6404/1976, apontando a legalidade de celebração de acordo de acionistas pela Administração Pública



## GRUPO VI

### Relações de Trabalho, Processo do Trabalho e Previdência na Administração Pública.

NÃO RASURE O CÓDIGO DE BARRAS

9. Em março de 2010, após regular processo licitatório, a empresa ABC Ltda. passou a prestar serviços de portaria e limpeza para um Estado-membro. Com o término do contrato administrativo em fevereiro de 2012, os serviços passaram a ser prestados de forma regular e legal pela empresa Bolhas de Sabão Limpeza e Portaria Ltda.

No dia 25 de novembro de 2015, Tício ingressou com uma ação trabalhista perante a 10ª Vara do Trabalho da Capital. Afirmou, em sua peça inicial, que prestou serviços de portaria na sede do Poder Executivo no período de 1º de março de 2010 até 31 de outubro 2015, quando o contrato foi extinto por iniciativa do empregador. Alegou, ainda, que trabalhava de segunda-feira a sábado, das 8:00 às 17:00 horas, com intervalo legal para refeição e descanso.

Diante de tais fatos e da sucessão de empregadores, postulou judicialmente: a) a unicidade dos contratos de trabalho firmados com a primeira e segunda empresa prestadora de serviços; b) o pagamento de horas extras a partir da sexta hora de trabalho diário, sob a alegação de que os serviços de portaria 24 horas configuram turnos ininterruptos de revezamento; c) a responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos créditos trabalhistas.

Após o devido processo legal, a reclamação trabalhista foi julgada totalmente procedente. Em sede recursal, a sentença foi confirmada pelo Tribunal.

Com o retorno dos autos ao juízo de origem, sem que houvesse intimação ou mesmo requerimento das Partes, o juiz do trabalho determinou o início da execução *ex officio*.

Diante do problema apresentado, responda fundamentadamente:

- a) Considerando que Tício prestou serviços durante mais de 5 (cinco) anos, na mesma função e local, apesar de existirem contratos de trabalho distintos com cada uma das empresas empregadoras e contratos distintos de prestação de serviços com o Poder Público, procede a postulação judicial de unicidade contratual?
- b) Os serviços prestados pelo ex-empregado configuram turnos ininterruptos de revezamento?
- c) Pode o juiz do trabalho determinar a execução *ex officio*?

Relações de Trabalho, Processo do Trabalho e Previdência Pública.  
Valor 40 - Pontos

Número máximo de linhas: 45

NOTA

#### Quesitos avaliados:

- 1) Apresentação e estrutura textual
- 2) Aspectos gramaticais e formais
- 3) Capacidade de interpretação, desenvolvimento e exposição do tema
- 4) Conteúdo jurídico:
  - 4.1) Quanto ao item 'a': tópicos a serem analisados:
    - 4.1.1) Princípios protetor, da continuidade da relação de emprego e da primazia da realidade
    - 4.1.2) Sucessão de empregadores (arts. 10 e 448, CLT)
    - 4.1.3) Unicidade contratual (art. 453, CLT)
    - 4.1.4) Obstáculo à sucessão de empregadores e à unicidade contratual: processo licitatório (art. 37, XXI, CF)
  - 4.2) quanto ao item 'b': tópicos a serem analisados:
    - 4.2.1) Caracterização dos turnos ininterruptos – alternância de turnos (art. 7º, XIII, CF)
    - 4.2.2) A concessão de intervalos não descaracteriza os turnos ininterruptos de revezamento (Súm. 360, TST)
  - 4.3) Quanto ao item 'c': análise do art. 878, CLT

**GRUPO VI**

NÃO RASURE O CÓDIGO DE BARRAS

**Relações de Trabalho, Processo do Trabalho e  
Previdência na Administração Pública.**

**10.** O Sindicato dos Servidores Públicos do Município Beira Mar ingressou com uma ação trabalhista postulando a nomeação imediata dos servidores celetistas aprovados em concurso público para as funções de médico e de enfermeiro em outubro/2014 (total de cinquenta profissionais da área da saúde, conforme previsão em edital). Na peça inicial, a entidade sindical afirmou que mesmo após a aprovação dos profissionais em regular concurso público, os serviços de saúde vinham sendo prestados pela empresa Saúde Paz e Amor Ltda., contratada em caráter emergencial, desde janeiro de 2014. A ação foi distribuída para a 1ª Vara do Trabalho de Beira Mar no dia 05 de fevereiro de 2015.

Em audiência inicial, apesar de regularmente citada, a empresa Saúde Paz e Amor Ltda. deixou de comparecer. O Município compareceu e apresentou sua contestação, impugnando a existência do direito à contratação por parte dos candidatos (mera expectativa de direito).

Após o devido processo legal, a ação foi julgada procedente e determinou a contratação dos servidores celetistas no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), após o trânsito em julgado da sentença trabalhista. Valor da condenação fixado em sentença: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). As reclamadas foram condenadas solidariamente no que se refere ao cumprimento da obrigação e foram intimadas da decisão no dia 1º de abril de 2015.

Sem que houvesse a remessa obrigatória ou recurso voluntário, iniciou-se a execução definitiva da obrigação de fazer e da multa fixada pelo descumprimento da obrigação. Os servidores aprovados no concurso público foram contratados em 22 de abril de 2015. Diante do problema apresentado, responda fundamentadamente:

- a) Os candidatos aprovados em concurso público têm direito à contratação?
- b) A empresa Saúde Paz e Amor Ltda. pode ser considerada revel e confessa pelo não comparecimento em audiência inicial?
- c) No presente caso, era necessária a confirmação da sentença pelo Tribunal Regional do Trabalho antes do início da execução definitiva?

Relações de Trabalho, Processo do Trabalho e  
Previdência Pública. Valor 20 - Pontos

Número máximo de linhas: 20

NOTA

**Quesitos avaliados:**

- 1) Apresentação e estrutura textual
- 2) Aspectos gramaticais e formais
- 3) Capacidade de interpretação, desenvolvimento e exposição do tema
- 4) Conteúdo jurídico:
  - 4.1) Quanto ao item 'a': tópicos a serem analisados
    - 4.1.1) O candidato aprovado em concurso público tem direito à contratação, com base nos princípios da boa-fé, princípio da segurança jurídica e na força normativa do edital, salvo situações excepcionais justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público, conforme STF
    - 4.1.2) A existência de contratação emergencial de empresa prestadora de serviços evidencia a necessidade dos profissionais aprovados no concurso público
  - 4.2: quanto ao item 'b': tópicos a serem analisados:
    - 4.2.1) Art. 844, CLT, art. 319, CPC
    - 4.2.2) Art. 769, CLT
    - 4.2.3) Art. 320, I e II, CPC
  - 4.3) Quanto ao item 'c': tópicos a serem analisados
    - 4.3.1) Art. 1º, IV, Dec-Lei 776/69
    - 4.3.2) Art. 769, CLT
    - 4.3.3) Art. 475, § 2º e § 3º, CPC



## GRUPO VI

### Relações de Trabalho, Processo do Trabalho e Previdência na Administração Pública.

NÃO RASURE O CÓDIGO DE BARRAS

11. Joana e Maria são servidoras públicas do quadro de servidores efetivos do Estado do Paraná. Sempre trabalharam no Colégio Estadual do Paraná. Joana é titular do cargo de professor e Maria é titular do cargo de agente educacional. Joana e Maria, atualmente, possuem 50 anos de idade e 25 anos de tempo de contribuição e pretendem postular sua aposentadoria. Joana sempre trabalhou em sala de aula e foi diretora do Colégio na gestão 2003/2004, e Maria sempre trabalhou no Colégio como secretária – e nunca em sala de aula –, mas foi diretora nas gestões 2004/2010 e é especialista em educação.

Com base no enunciado, explique se elas já possuem ou não direito de se aposentar, discorrendo sobre o(s) fundamento(s) jurídico(s) que ampara(m) a concessão ou não da aposentadoria de ambas as servidoras.

Relações de Trabalho, Processo do Trabalho e Previdência Pública.  
Valor 20 - Pontos

Número máximo de linhas: 20

NOTA

#### Quesitos avaliados:

- 1) Apresentação e estrutura textual
- 2) Aspectos gramaticais e formais
- 3) Capacidade de interpretação, desenvolvimento e exposição do tema
- 4) Conteúdo jurídico:
  - 4.1) Quanto a Joana:
    - 4.1.1) Tem direito a aposentadoria na regra do magistério, mesmo tendo sido Diretora – art. 40, §5º, Lei 11301/2006 ou art. 67 §2º Lei 9394/1996
    - 4.1.2) Mencionar ADI 3772
  - 4.2) Quanto a Maria: não tem direito porque não se enquadra na regra de aposentadoria de magistério, pois é agente de educação, não é professora de carreira (mesmo tendo sido Diretora)



## GRUPO VI

### Relações de Trabalho, Processo do Trabalho e Previdência na Administração Pública.

NÃO RASURE O CÓDIGO DE BARRAS

12. João e José são servidores públicos do Estado do Paraná e se aposentaram em 2014. A aposentadoria de João teve como fundamento legal norma que lhe garantiu o direito à paridade com os servidores em atividade e cálculo do provento com base na última remuneração de atividade. A aposentadoria de José foi concedida com base numa regra que não lhe garante o direito à paridade, tendo o cálculo de seus proventos sido realizado valendo-se da média aritmética simples das 80% (oitenta por cento) maiores remunerações que serviram de base para contribuições ao seu regime de previdência de todo o seu período contributivo, contado desde julho de 1994. Foi concedida no Estado do Paraná revisão geral anual de 10% (dez por cento) a todos os servidores ativos. No mesmo período, o índice de inflação apurado foi de 6,5% (seis e meio por cento), tendo servido esse índice para o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Considerando o enunciado, responda, fundamentadamente, quais desses índices serão aplicados para reajuste dos proventos de aposentadoria de João e de José.

Relações de Trabalho, Processo  
do Trabalho e Previdência Pública.  
Valor 20 - Pontos

Número máximo de linhas: 20

NOTA

#### Quesitos avaliados:

- 1) Apresentação e estrutura textual
- 2) Aspectos gramaticais e formais
- 3) Capacidade de interpretação, desenvolvimento e exposição do tema
- 4) Conteúdo jurídico:
  - 4.1) Considerações sobre conceito de paridade, emendas constitucionais sobre o tema, possíveis regras de aposentadoria, data de admissão (antes ou depois de 2003) no serviço público, cálculo pela última remuneração ou média
  - 4.2) Reajuste para João: 10% de reajuste
  - 4.3) Reajuste para José:
    - 4.3.1) 10%
    - 4.3.2) Mencionar ADIN 4582/STF, que suspendeu os efeitos do art. 15 da Lei 10.887/2004